



## **AS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS:**

### **A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E A COMPLEMENTARIDADE DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

Julia Vasconcelos Gonçalves Matos[i]

#### **Eixo temático: Estudo da Linguagem**

#### **Resumo**

A linguística, de forma genérica, possui como seu objeto de estudo a linguagem. Com base nessa perspectiva, a linguística parece ser uma ciência de fácil delimitação e estudo. Contudo, basta dar início aos estudos linguísticos para perceber que a depender do parâmetro e perspectiva assumidos a linguagem terá diferentes definições. Desse modo, surgem as diferentes teorias linguísticas, todas com o mesmo objeto (a linguagem), mas com um diferente entorno. Nesse sentido, esse artigo, parte inicial da pesquisa de doutorado, visa demonstrar que apesar dos diversos conceitos de linguagem e das variadas vertentes linguística, os estudos linguísticos devem ser vistos como complementares, assim como explicitar que essas diferentes facetas da linguística e da linguagem interferem diretamente no modo como o ensino de línguas estrangeiras é desenvolvido.

**Palavras-chaves:** linguagem, linguística, ensino de línguas estrangeira

#### **Abstract**

Linguistics, in general terms, has as its object the study of language. Based on this perspective, linguistics seems to be a science of easy delimitation and definition. However, you don't need to go further into your linguistic studies to realize that language may have different definitions according to the parameters and perspectives of analysis. As a consequence of this many different linguistic theories arose, all of them containing the same object (language), but with a different view. Taking this into consideration, this article, initial part of a PhD research, aims to demonstrate that in spite of the various concepts of language and the variety of linguistic aspects, the linguistic studies should be seen as complementary, and also to demonstrate that these different perspectives of language and of linguistics affects the way foreign language teaching is developed.

**Keywords:** language, linguistics, foreign language teaching.

## **1 A LINGUÍSTICA E SUAS FACETAS**

A linguística, conforme afirma Eugenio Coseriu (1986), é a ciência da linguagem humana. Vista nessa

perspectiva direta e prática, a linguística parece ser, ao menos a primeira vista, uma ciência fácil e simples de ser estudada. Contudo, basta iniciar os estudos sobre essa ciência para verificar e se deparar com um mundo de complexidades e variedades sobre um único objeto: a linguagem.

A linguagem é inata aos seres humanos, sendo utilizada todos os dias e a todo momento, aparentando assim ser um objeto de fácil delimitação e identificação. Entretanto, a linguagem, como objeto da linguística, não se refere unicamente ao seu uso para a comunicação e relação entre os seres humanos, mas a todo e qualquer aspecto que faz essa comunicação possível.

Essa amplitude do campo da linguística ocorre, também, pelo fato de que a linguagem não é, apesar da aparência, um objeto de fácil delimitação e conceituação. As discussões sobre o conceito de linguagem são anteriores ao estabelecimento da linguística como ciência moderna[ii], e a busca pela sua definição sempre foi propulsora de grandes debates entre os seus estudiosos, na tentativa de delimitar e restringir o uso do termo linguagem.

Inicialmente, a linguagem, na concepção dos estudos linguísticos, foi considerada um sistema[iii], referindo-se, de forma sucinta, ao entendimento de que a língua, seu elemento central, é uma construção de diversos componentes estruturais. Esse conceito, apesar de muito importante para o estabelecimento e desenvolvimento da linguística como ciência, não se tornou pacífico, assim como não foi e é o único conceito de linguagem. Com o surgimento de novos estudos sobre a linguística, novas concepções de linguagem foram apresentadas, passando a ser compreendida não apenas como sistema, mas podendo ser vista também como discurso e ideologia[iv] (KUMARAVADIVELU, 2008, p.4).

A dificuldade de conceituar o objeto da linguística encontra-se no fato de que a definição de linguagem se modifica de acordo com a perspectiva pela qual é analisada. Segundo Douglas Brown (2007), uma definição é uma afirmação que captura as principais características de um conceito, contudo, é preciso conceber que o ato de definir “requer escolhas sobre quais as características de um objeto são merecedoras para serem retratadas”[v] (BROWN, 2007, p.5). Estas escolhas partem do conhecimento e compreensão de que o sujeito tem sobre determinado objeto, evidenciando, desse modo, que, de acordo com determinado entendimento sobre o objeto, a definição será alterada e haverá uma nova construção epistemológica.

Percebe-se, desse modo, que para entender a linguagem não basta apenas compreender o seu conceito estabelecido em um dicionário ou definido por um único teórico linguista. Isto ocorre porque a construção de uma definição de linguagem se pauta, por exemplo, na concepção de linguagem de um determinado período (situado em um determinado tempo e espaço) e no posicionamento teórico adotado pelo sujeito construtor da definição. Uma definição, portanto, restringe-se apenas a uma das diversas facetas que podem ser assumidas sobre a linguagem, mostrando apenas uma das múltiplas visões que se pode ter sobre esta.

Nesse sentido, depreende-se que conceituar o termo linguagem é uma tarefa de difícil realização, posto que diversos elementos interferem no modo como esse objeto será compreendido. Além disso, a linguagem, por natureza, é um objeto de grande complexidade e vastidão, posto que, como explicita Jorge Borges Neto (2004, p. 68), “está presente e se liga a tudo o que o homem faz”, podendo ser considerada e analisada em todo e qualquer aspecto presente na relação humana.

A linguagem, desse modo, é um objeto muito amplo para se restringir a uma única e invariável linguística, posto que nenhum estudo linguístico, por mais completo que seja, será capaz de abarcar todos os estudos (conceitos e vertentes) possíveis sobre a linguagem. Sendo assim, ao se falar em linguística é necessário “fazer “cortes” no objeto complexo “linguagem”, fazer “escolhas”, deixar coisas de fora” (BORGES NETO, 2004, p. 70), surgindo, assim, diversas maneiras de se analisar um único objeto.

A partir da concepção de que existem diferentes formas de se estudar a linguagem passou-se a conceber diversos e variados estudos linguísticos, cada um fazendo o seu recorte da linguagem, delimitando o objetivo, método e o aspecto específico a ser trabalhado. Eclodiram, portanto, estudos voltados, por exemplo, para a variação linguística, para a origem e desenvolvimento das palavras, para o discurso, para o texto, para as

mudanças nas estruturas do sistema da língua, para como a língua deve ser ensinada, etc.

A linguística, desse modo, passou a ser vista como uma ciência da linguagem em sentido amplo, sendo constituída pelas denominadas teorias linguísticas. Ressalta-se, contudo, que “uma teoria linguística é um modo particular de ver a linguagem humana” (BORGES NETO, 2004, p. 70), não podendo ser considerada como a única e verdadeira visão possível desta. Nesse sentido, entende-se que as diversas teorias linguísticas se encontram em um mesmo ponto, o seu objeto linguagem; se distanciam na perspectiva de que delimitam esse objeto de maneiras diversas; e se reencontram no fato de cada uma das teorias ou campos linguísticos não podem ser considerados como um todo, mas como elementos da denominada ciência linguística, devendo ser vistos como complementares.

Essa ideia de encontros, desencontros e reencontros das linguísticas pode ser exemplificado através de um contraste entre o campo do ensino de línguas estrangeiras e os campos linguísticos que estudam a variação linguística, a gramaticalização e a etimologia. Sendo necessário, ainda, demonstrar que em um mesmo campo linguístico a concepção de linguagem adotada mudará a forma como este será desenvolvido, como ocorreu com o campo do ensino de línguas estrangeiras.

## 2 A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E O ENSINO DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Os estudos sobre a linguagem norteiam-se, basicamente, até o século XIX, em duas posturas distintas, mas não excludentes, como apresenta BORGES NETO (2004): o estudo da linguagem de forma nocional ou de modo filológico. Explicita o autor que:

A opção nocional ocupa-se da linguagem a partir das relações *som/sentido*. Possui fundamentação lógico-filosófica e concebe a língua como *representação* (do mundo ou do pensamento). Concentra sua atenção na função representativa universal da linguagem e nos elementos que a tornam possível. Em consequência, ignora todo e qualquer tipo de variação linguística, seja no tempo, seja no espaço. [...]

A opção *filológica* já não ignora a variação linguística, mas a concebe em função de uma perspectiva *normativo-prescritiva*, à luz da qual toda variação é desvio. Pretende *preservar* formas de línguas tidas por “clássicas” e, para isso, dedica-se à descrição detalhada dessas formas. Como o acesso a essas línguas “clássicas” se dá basicamente por intermédio do texto escrito, não é de se admirar que a opção filológica (e daí a sua denominação) privilegie as formas escritas em detrimento da fala. (BORGES NETO, 2004, p. 45)

Na perspectiva nocional, busca-se o “estabelecimento das relações lógicas que se dão entre as partes das expressões e o pensamento” (BORGES NETO, 2004, p. 48). Esta concepção foi adotada, por exemplo, por filósofos como Platão e Aristóteles, que viam na linguagem uma forma de fazer filosofia. Por sua vez, os filólogos objetivavam “a crítica literária, a retórica ou a preservação de formas “clássicas” de linguagem” (BORGES NETO, 2004, p. 48). Posicionamento este adotado, principalmente, pelos gramáticos entre os séculos V ao XVI.

É necessário pontuar, que a forma como a linguagem é vista e estudada possui grande influência no modo como o ensino das línguas estrangeiras é realizado. A linguagem, no período inicial, era compreendida como meio de “fazer filosofia ou para fazer crítica literária” (BORGES NETO, 2004, p. 50). Esse entendimento foi levado para o ensino de línguas estrangeiras, tendo inicialmente como objeto as intituladas línguas clássicas (o grego e o latim). O ensino de línguas, sendo assim, era concebido apenas para a postulação de posicionamentos filosóficos ou para a compreensão da forma culta dessas línguas que possibilitava o acesso aos textos literários.

Nessa época, o ensino de línguas era pautado pela tradução, sendo, portanto, a principal fonte da língua-alvo, os textos literários e, em menor escala, a leitura destes textos em voz alta, esta última utilizada apenas como exemplo para estudo, não como prática oral para os aprendizes. Compreendia-se, naquele tempo, que o ensino das línguas clássicas auxiliaria no desenvolvimento do intelecto dos aprendizes e os ajudaria na aquisição de outras habilidades acadêmicas.

Essa postura foi mantida com a inserção, no século XVIII, das línguas modernas nos currículos das escolas europeias. O foco do ensino de língua estrangeira continuava sendo a habilidade da leitura e da compreensão textual, além do ensino pautado na forma escrita da língua e na tradução de textos e frases escritos na língua-alvo. Frise-se que, nesse período, não se vislumbrava, via de regra, a fala como habilidade a ser desenvolvida nos alunos, como apresentam Richards e Rodgers (2001):

Falar a língua estrangeira não era o objetivo, e a prática oral era limitada à leitura em voz alta, pelos alunos, das frases que eles traduziram. Essas frases eram construídas para ilustrar o sistema gramatical da língua e, conseqüentemente, não tinham nenhuma relação com a língua da comunicação real[vi]. (RICHARDS e RODGERS, 2001, p.2)

Esse modelo de ensino das línguas estrangeiras adentrou o século XIX, onde, neste momento, já tinha sido assimilado como a forma padrão de se ensinar línguas. A prática oral foi reduzida para um mínimo e foi dada ainda mais ênfase na tradução e nas regras gramaticais.

Referente aos livros didáticos, a língua estrangeira foi delimitada como um conjunto de codificações de regras morfológicas e sintáticas, e estes traziam basicamente as regras gramaticais explícitas e demonstradas para serem memorizadas pelos alunos. Essa abordagem assumida perante o ensino de línguas estrangeiras foi denominada de Método Gramatical e, praticamente, dominou o ensino de línguas estrangeiras na Europa no período de 1840 a 1940. Esse posicionamento mantinha como objetivos centrais aqueles estipulados no ensino das línguas clássicas:

"[...] este método foi utilizado com o propósito de ajudar os alunos a lerem e apreciarem a literatura estrangeira. [...] Pensava-se que o aprendizado da língua estrangeira ajudaria os alunos a crescerem intelectualmente e que seu aprendizado seria benéfico de qualquer maneira, pois, provavelmente, os alunos nunca utilizariam a língua-alvo.[vii] (LARSEN-FREEMAN, 2003, p. 11)

O ensino era focado nas regras gramaticais, na tradução e na escrita, pois a meta a ser alcançada pelo aluno era a compreensão dos textos escritos na língua-alvo e o benefício do desenvolvimento mental. A gramática, dessa forma, era estudada pelos alunos de forma dedutiva, ou seja, "eles recebiam as regras gramaticais e exemplos, eram requeridos a memorizá-las, e aplicá-las em outros exemplos"[viii] (LARSEN-FREEMAN, 2003, p. 18).

No final do século XIX, alterações na sociedade influenciaram diretamente o modo como a língua era pensada e, conseqüentemente, o modo como ela deveria ser ensinada. Nesse período, as oportunidades de comunicação entre os europeus aumentaram de modo significativo, reforçando a necessidade de se saber não apenas escrever e ler, mas, principalmente, a ter proficiência oral na língua-alvo (RICHARDS; RODGERS, 2001, p.5).

Essa mudança de perspectiva fez com que professores e linguistas comesçassem a buscar novas abordagens para o ensino de línguas, o que ensejou o surgimento de diversos movimentos linguísticos com o intuito de refletir sobre como o ensino de línguas estrangeiras deveria ser compreendido. Vale destacar que um dos principais movimentos da época foi o intitulado Movimento de Reforma (*The Reform Movement*).

No Movimento de Reforma, “os linguistas enfatizavam que a fala, ao invés da escrita, era a forma primária da linguagem”[ix] (RICHARDS; RODGERS, 2001, p. 7). Eles se preocupavam com um método de ensino-aprendizagem que enfatizava a parte oral e ensinava a gramática de forma indutiva estabelecendo, assim, uma associação de significados com a língua-alvo

O Movimento de Reforma levantava questionamentos sobre como seria a melhor forma de se ensinar as línguas estrangeiras, quais procedimentos, princípios, técnicas, entre outros, que deveriam ser utilizados nesse processo. A partir dessas indagações, começaram a surgir, ao redor do mundo, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, diversos estudos sobre o ensino-aprendizado de línguas estrangeiras que podem ser denominados de posicionamentos teóricos.

O Movimento de Reforma fez com que os teóricos comessem a estabelecer estudos sobre como a língua deveria ser ensinada, assim como quais seriam os preceitos e os objetivos tomados por base para o ensino da língua. Passou-se a compreender o estudo da língua estrangeira, ou da segunda língua, como objeto que possuía suas características peculiares de aprendizado, diferentes das utilizadas na aquisição da língua mãe.

A partir desse momento, o estudo sobre o ensino de línguas estrangeiras passou a ser considerado campo próprio da linguística, sendo delimitado o objeto e o método a ser utilizado. Inicialmente, os posicionamentos teóricos sobre o ensino-aprendizagem de língua estrangeira foram derivações dos diversos estudos já existentes sobre a linguística, sendo estes de momentos, locais e contextos distintos; refletindo a postura teórica de determinada vertente e/ou teoria linguística e de determinada necessidade proveniente da sociedade.

Os posicionamentos teóricos podem ser compostos por princípios e/ou por procedimentos. Os princípios e os procedimentos são entendidos por Kumaravadivelu como:

O termo, princípios, pode ser operacionalmente definido como um conjunto de entendimentos derivados da linguística teórica e aplicada, psicologia cognitiva, ciências das informações, e outras disciplinas aliadas que fornecem bases teóricas para o estudo do aprendizado, planejamento e ensino de língua. O termo inclui, portanto, não apenas as aceções teóricas a respeito da aprendizagem e do ensino de língua, mas também aquelas relacionadas à construção do *syllabus*, produção de materiais e critérios de avaliação. Semelhantemente, ‘procedimentos’ podem ser operacionalmente definidos como um conjunto de estratégias de ensino adotada/adaptada pelo professor em ordem de atingir os objetivos determinados ou indeterminados, e objetivos de curto e longo prazo da aprendizagem e do ensino de língua em sala de aula.[x] (KUMARAVADIVELU, 2008, p. 89)

Concebe-se, assim, que, a partir deste momento, o ensino de línguas não foi mais realizado como se fosse qualquer outra habilidade, pois pesquisas exclusivas para este campo passaram a ser feitas, o que tornou o ensino de línguas mais específico e delimitado, o que proporcionou justificativas e explicações sobre como a língua estrangeira deveria ser ensinada.

Os princípios e os procedimentos foram vistos, então, como meios para a descrição do modo como os posicionamentos teóricos visualizam que a língua deveria ser lecionada e os motivos para adoção de tal postura. Além disso, os princípios e os procedimentos demarcam o modo como devem ocorrer as relações em sala de aula, ou seja, estipulam como dar-se-ão as interações entre os alunos e o professores, especificando também qual é o papel do aluno e o do professor nesse contexto.

Assim como ocorre em qualquer teoria linguística, não foi estabelecido um único parâmetro para o estudo e para o ensino das línguas estrangeiras. A cada “descoberta” linguística e a cada mudança na sociedade, um novo posicionamento teórico era apresentado e conseqüentemente a forma como a língua era ensinada foi alterada. Desse modo, foram estipulados diversos métodos, metodologias e abordagens distintos para o

ensino de língua, tais como o Método Direto, o Método Audiolingual, o *Total Physical Response*, o *Silent Way*, o Ensino Comunicativo da Língua e o *Community Language Learning*.

Constata-se, no entanto, a partir de uma perspectiva da linguística aplicada, que, na contemporaneidade, ao contrário do que se postulava, não existe o melhor posicionamento teórico a ser adotado para o ensino de línguas, pois a postura a ser adotada em sala de aula pelo professor, pela instituição, pelos alunos e pelo livro didático dependerá do contexto no qual estes estão inseridos. Ou seja, um posicionamento teórico pode ser eficientemente alcançado por uma escola e, em outra, não conseguir os objetivos estipulados. Isso ocorre, pois como observa Kumaravadelu (2008), os posicionamentos teóricos são concebidos a partir de uma análise objetiva, sem levar em consideração a situação concreta:

Pensávamos que deveríamos sermos capazes de encontrar aquele método mágico através da análise objetiva. Ao contrário, descobrimos para o nosso espanto que a formação e a implementação de um método deve levar em consideração várias variáveis (como a política linguística e o planejamento, necessidades de aprendizagem, desejos e situações, variações de alunos, perfis dos professores, etc.) que, em sua maioria, não podem ser controladas por um estudo sistemático. Também descobrimos que não podemos comparar os métodos conhecidos para visualizar qual funciona melhor.[xi] (KUMARAVADIVELU, 2008, p. 164)

A partir dessa percepção, concebeu-se o entendimento de que não deveriam ser estipulados posicionamentos teóricos a serem adotados em sala de aula para o ensino de línguas estrangeiras, mas a assimilação de indicadores que servem como norteadores para um ensino-aprendizagem vinculado à função social da língua: a vida em sociedade e a representação do mundo.

### **3 O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E A COMPLEMENTARIDADE DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

Para a linguística aplicada, campo da linguística na qual se encontram os estudos sobre o ensino das línguas estrangeiras, a linguagem tem como função principal representar o mundo (RAJAGOPALAN, 2003, p. 29). Nessa perspectiva não se pode delimitar a linguagem apenas como um sistema, um discurso ou uma ideologia, mas todas essas vertentes juntas, tendo em vista que a linguística é, enquanto área de estudo, “uma atividade humana, na qual participam indivíduos com seus laços sociais, seus direitos e suas obrigações, e sobretudo seus anseios e interesses, que variam de acordo com o momento histórico em que se encontram” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 44).

A linguística aplicada será, de certo modo, instável e imprevisível dentro do campo que se encontra, pois a visão adotada dependerá do quantum almejado, dos interesses envolvidos e da época histórica na qual está inserida. O ensino de línguas estrangeiras, portanto, dependerá de todos esses elementos e, como anteriormente apresentado, se enquadrará e se adequará a cada um destes.

Além disso, conforme exposto, o ensino de línguas estrangeiras como campo de estudo da linguística surge com base em estudos linguísticos já existentes, adotando posicionamentos e posturas teóricas de outras teorias linguísticas e os adequando as suas necessidades, até firmar-se como um campo autônomo. Contudo, a autonomia do campo do ensino das línguas estrangeiras não significa a sua total independência e autossuficiência para com os demais campos e estudos linguísticos.

Isto ocorre, pois apesar de autônomas, as diversas teorias linguísticas e seus variados campos de estudo, são e devem ser concebidas como complementares e não excludentes, conforme expõe Carlos Franchi (apud BORGES NETO, 2004, p. 67):

(i) o pluralismo é inevitável, uma vez que o objeto de estudos da linguística é extremamente complexo e permite “visadas” distintas, e (ii) o pluralismo não traz

consigo o “relativismo”, uma vez que, no fundo, o objeto de estudos é sempre o mesmo: as várias abordagens são abordagem do mesmo objeto, e por isso, complementares.

Sendo assim, o campo do estudo das línguas estrangeiras precisa levar em consideração o que ocorre e quais os estudos que são desenvolvidos nas demais áreas linguísticas, não com o intuito de abarcar tudo em um único estudo, mas com o objetivo de aprimorar o seu próprio campo e poder desenvolvê-lo melhor.

Na atualidade, o ensino de línguas estrangeiras não é mais aquele no qual se concebe a língua como um elemento fechado, estável e livre de influências. Nesse sentido, para compreender a perspectiva da língua como elemento instável, aberto e suscetível à alterações foi necessário que o campo do ensino de línguas fosse complementado por outros campos da linguística.

Essa complementaridade ocorre, pois, o campo do ensino das línguas estrangeiras, apesar de amplo e extenso, refere-se e restringe-se a ao estudo de como as línguas devem ser ensinadas, a importância na sociedade, o seu reflexo social, etc; mas não adentra aos estudos de como essa língua surgiu, como ela se altera, e como ela se constrói. Esses estudos são secundários ao campo do ensino das línguas estrangeiras, pois o complementam com elementos necessários para um ensino da língua de forma efetiva.

Em uma perspectiva atual, o ensino das línguas estrangeiras precisa considerar, por exemplo, o que ocorre nos campos da etimologia, das variações linguísticas e da gramaticalização, áreas que apesar de parecerem tão distantes, possuem grande relevância para o auxílio no ensino das línguas estrangeiras.

A etimologia, por exemplo, é de grande assistência para a compreensão dos estrangeirismos e da relevância social e linguística que esse elemento possui. De acordo com Rajagopalan (2003, p. 99), o estrangeirismo é tido por muitos “como nada mais nada menos que uma agressão ao valioso patrimônio da nação”. Tem-se nessa visão do senso comum que a inserção de palavras estrangeiras no vocabulário nativo irá macular e sujar a língua nacional, devendo-se protegê-la dessa “invasão”, salvaguardando a soberania nacional.

A partir de estudos etimológicos, entretanto, verifica-se que o estrangeirismo não agride a língua nativa, mas a enriquece e faz parte natural do seu desenvolvimento, como evidencia Viaro (2006, p. 10)

Longe de macular uma pretensa pureza linguística (que obviamente não existe em nenhuma língua do planeta terra, nem no chinês, nem no islandês, nem em qualquer língua indígena), os estrangeirismos enriquecem o vocabulário das línguas e se hoje o inglês (e não o latim) é a língua internacional, isso se deve especialmente ao seu caráter misto e não ao elemento anglo-saxão, que é mínimo.”

Nessa perspectiva, compreende-se que o estrangeirismo não passa de um elemento natural para o desenvolvimento de uma língua, sendo parte do seu processo evolutivo:

as línguas naturais evoluem constantemente e, ao longo desse processo de evolução, entram em contato com outras línguas, incorporam novas palavras e expressões, e longe de serem prejudicadas pelos elementos estranhos, acabam na verdade se beneficiando e se enriquecendo (RAJAGOPALAN, 2003, p. 101)

Através da etimologia, a qual dentro do objeto linguagem refere-se ao estudo da origem das palavras, realiza-se a verificação de como as palavras são estruturadas, como os seus sons e sentidos mudam e as influências que uma língua sofre (Viaro, 2006). Desse modo, um estudo etimológico possibilita que um professor de língua estrangeira apresente aos seus alunos a concepção de que toda língua muda e que essas mudanças podem ser decorrências de interferências internas ou externas.

É possível, portanto, explicar ao aluno de línguas estrangeiras que as alterações internas na língua decorrem do seu próprio uso em sociedade, por associações sonoras das palavras, pelo contexto no qual as palavras são utilizadas, etc. Além disso, é através desse estudo que visualiza-se como o contato entre falantes de diferentes línguas, as questões de identidade e políticas interferem diretamente na construção de uma língua.

A etimologia, por exemplo, é um dos campos que proporciona aos alunos universitários de inglês como língua estrangeira compreender como a língua inglesa se desenvolveu, quais as suas conexões com as demais línguas e como se tornou, na atualidade, a denominada língua internacional e, para muitos, língua franca.

Depreende-se, assim, que o estudo das palavras vai além da mera determinação do local de origem destas, explicitando que as mudanças que uma palavra sofre são consequências das constantes alterações sociais (locais e globais), evidenciando, ainda, que as mudanças são fatos naturais, posto que “não é possível que uma língua seja tão conservadora ao ponto de nunca ter mudado” (Viaro, 2006, p. 10).

Vale ressaltar, que as mudanças que as línguas sofrem devem ser analisadas não apenas no que se refere ao campo de sentido e origem das palavras, mas também em sua perspectiva funcional. Nesse sentido, é necessário admitir “a língua como um elemento maleável, não determinístico, sujeito as modificações contínuas provocadas pelos seus usuários, concebidos como criadores, atores e transformadores das suas estruturas” (BARRETO, 2002, p. 1).

Como é cediço, os usuários da língua a modificam, sendo que essas mudanças podem ser visualizadas tanto em seu aspecto lexical como gramatical. Isto ocorre, pois os usuários se apoderam da língua, tornando-se livres para construir e criar novos sentidos e usos para uma determinada palavra, expressão ou estrutura.

Essas modificações da língua partem da necessidade de adequa-la aos contextos comunicativos nos quais os seus usuários estão inseridos, sendo que quando um item lexical passa a ser caracterizado como um item gramatical tem-se a denominada gramaticalização:

no intuito de transmitir novas informações, o falante modifica a língua moldando-a, convenientemente, às suas necessidades comunicativas, e através de processos metonímicos, metafóricos ou mesmo analógicos vai se processando a gramaticalização, passagem de um item lexical a um item gramatical, ou de um item menos gramatical para um mais gramatical. (BARRETO, 2002, p. 02)

A gramaticalização é um dos campos que ajuda o professor de língua estrangeira a apresentar ao seu aluno que uma língua, por mais rígida que possa parecer, é sempre mutável, estando suscetível a interferência de seus falantes. Além disso, viabiliza a compreensão de como itens não gramaticais ou até mesmo itens gramaticais podem ser alterados de modo a serem adaptados ao uso e necessidade de seus falantes.

Nessa perspectiva, os alunos percebem que as línguas se alteram e se modificam, razão pela qual um item não considerado gramatical ou correto alguns anos atrás, pode, na atualidade, estar inserido na gramática de determinada língua, sendo utilizado e aceito como correto por seus usuários. Esse fato pode ser exemplificado pela gradativa inserção do uso da expressão “*discuss about*” na Língua Inglesa. Com base nas denominadas *collocations*, anteriormente, o uso de “*discuss about*” não seria permitido, posto que em Língua Inglesa se discute “algo” (“*discuss something*”) e não “sobre algo” (“*discuss about something*”). Contudo, tendo em vista o uso constante da expressão “*discuss about*” alguns estudiosos já a consideram como uma modificação no uso da língua, sendo para muitos considerada uma expressão não apenas aceitável, mas também correta.

Essa concepção de língua como elemento mutável permite, ainda, ao professor de línguas estrangeiras apresentar aos seus alunos que uma mesma língua pode ser variável de acordo com o local em que é utilizada. Desse modo, o professor expõe que uma mesma língua pode possuir diferentes traços e aspectos, os quais serão delimitados pelo seu local geográfico.



Esse estudo das variações de uma mesma língua é possibilitado pelo campo da dialectologia, mais restritamente ao campo da geolinguística, a qual é considerada “um método de que se utiliza a dialectologia para localizar espacialmente as variações das línguas umas em relação às outras, podendo situar socioculturalmente cada um dos falantes considerados” (CARDOSO, 2010, p. 198). Sendo assim, o estudo da dialectologia possibilita o reconhecimento da diversidade de usos em uma mesma língua, viabilizando a compreensão de que a língua é infinita e multifacetada.

No campo de ensino das línguas estrangeiras essa percepção de variedade é de suma relevância para um aprendizado consciente e efetivo da língua-alvo. A noção de variação linguística permite ao aluno de língua estrangeira compreender melhor o fato de que não existe uma única forma de ser referir a algo, assim como que uma mesma língua pode variar de acordo com o país, estado, cidade, município, etc., nos quais é falada.

É através desse estudo que os alunos visualizam e assimilam as diferentes variedades de uma mesma língua, por exemplo, a Língua Inglesa. Com base nessa perspectiva multifacetada da língua, os alunos conseguem conceber que existem diversos ingleses. Esses ingleses podem ser variedades de um mesmo inglês local; por exemplo, as variedades da Língua Inglesa existente dentro do próprio Estados Unidos da América; assim como as variedades entre os ingleses falados em outros países, como as diferenças sonoras e lexicais entre os ingleses americanos, britânicos, jamaicanos, nigerianos, australianos, indianos, etc.

Essa percepção de que uma língua não é um elemento único, mas em verdade reflete a soma de diferentes falares de uma mesma língua, precisa estar presente no campo do ensino das línguas estrangeiras. É com base nessa percepção que o aluno desenvolverá a concepção de que não existe uma língua pura, assim como não existe uma língua perfeita.

Ademais, é através desse conhecimento geral da língua que o professor de línguas estrangeiras se conscientiza de que pode e precisa auxiliar o seu aluno a se apoderar da língua-alvo, transformando-o em falante e não apenas em repetidor de estruturas e palavras. O campo do ensino de línguas, portanto, utiliza-se de outros campos para conseguir compreender o seu objeto em sua plenitude e poder apresentá-lo melhor aos seus alunos.

Essa é uma necessidade intrínseca do ensino atual de línguas estrangeiras, o qual vislumbra que para a compreensão e aprendizado de uma língua não basta apenas memorizar e decorar as estruturas e palavras desta, mas deve-se entender como esses elementos se correlacionam e interferem no modo como vou estudar essa língua. Isso ocorre, pois o uso de uma língua reflete mais do que a simples junção de palavras, carregando em si aspectos culturais, identitários e ideológicos de seus falante[xii]. Entende-se, desse modo, que não basta apenas saber falar uma língua, mas é necessário compreendê-la como objeto complexo, adaptável e variável aos seus falantes.

Verifica-se, desse modo, que um estudo conjunto dos variados campos da linguística possibilita que o ensino de línguas estrangeiras dê ao seu aprendiz uma visão ampla e aberta da língua e de seus diferentes usos, possibilitando-o à escolher de que modo pretende assumir e se apoderar dessa língua.

Diante do exposto, conclui-se que em se tratando do campo linguístico ‘ensino de línguas estrangeiras’ a concepção de linguagem adotada irá interferir e modificar a forma como a língua será compreendida e ensinada. Além disso, percebe-se que o campo do ensino de línguas estrangeiras surgiu e desenvolveu-se com base em estudos linguísticos pré-existentes, razão pela qual o seu contexto atual possibilita e, de certo modo, exige uma complementaridade com outros campos e teorias linguísticas.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Therezinha Maria Mello. **Em Busca da Trajetória de Gramaticalização das Conjunções Portuguesas: Séc. XVIII**. Revista do GENLE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, Volume 4, nº 2, 2002. Fortaleza: GENLE/UFC.

BORGES NETO, José. **Ensaio de Filosofia da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BROWN, H. Douglas. **Principles of Language Learning and Teaching**. United States of America: Longman, 2007.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolinguística: Tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Org.: BALLY, Charles; SEICHEHAYE, Albert. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

KUMARAVADIVELU, B. **Understanding Language Teaching: From method to postmethod**. Londres: Lawrence Erlbaum Associates, 2008.

KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na era da Globalização. In: LOPES, Luiz Moita Lopes (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 129-148.

LARSEN-FREEMAN, Diane. **Techniques and Principles in Language Teaching**. New York: Oxford University Press, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma Linguística Crítica – Linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Ensino de Línguas Estrangeiras como uma Questão Política. In: SCHEYERL, Denise; MOTA, Kátia (org.). **Espaços Linguísticos: Resistências e expansões**. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 16-24.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o Papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 149-168.

RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. **Approaches and Methods in Language Teaching**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2001.

VIARO, Eduardo Viaro. **A História das Palavras: Etimologia**. (2006). Disponível em < [http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_12.pdf](http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_12.pdf) >.  
Acessado em: 22/02/2014.

---

[i] Professora temporária do Departamento de Letras Germânicas da Universidade Federal da Bahia. Doutoranda do Programa de Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Teoria e Ensino da Língua Alemã pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em convênio com a Universidade de Kassel na Alemanha. Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Língua Inglesa e em Licenciatura em Língua Alemã pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Curso: Doutorado em Língua e Cultura, Área de Aquisição e Ensino de Línguas, oferecido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contato: [julia.jvg@gmail.com](mailto:julia.jvg@gmail.com)

[ii] Os estudos linguísticos delimitam que a linguística passou a ser considerada ciência em 1916, com a publicação do “Curso de Linguística Geral” de Ferdinand de Saussure.

[iii] Posicionamento adotado por Ferdinand de Saussure em o “Curso de Linguística Geral”.

[iv] A distinção de língua como sistema, discurso e ideologia, está pautada na forma como a língua será trabalhada e analisada. A perspectiva de língua como sistema abarca as características fonológicas, sintáticas e semânticas da língua, assim como a noção de competência linguística. A língua como discurso, por sua vez, centraliza-se na natureza da língua como comunicação, com ênfase nas regras da língua que são apropriadas

para um contexto comunicativo particular. A concepção de língua como ideologia, por outro lado, vai além das ideias de sistema e discurso, colocando-a em um lugar de poder e dominação, sendo esta tanto um tradutor como um transportador de ideologia (KUMARAVADIVELU, 2008, p.16).

[v] “[...] it requires choices about which facets of something are worthy of being included” (tradução para a lingual portuguesa realizada livremente pela autora do presente artigo)

[vi] “Speaking the foreign language was not the goal, and oral practice was limited to students reading aloud the sentences they had translated. These sentences were constructed to illustrate the grammatical system of the language and consequently bore no relation to the language of real communication.” (tradução para a lingual portuguesa realizada livremente pela autora do presente artigo)

[vii] “[...]this method was used for the purpose of helping students read and appreciate foreign language literature.[...] Finally, it was thought that foreign language learning would help students grow intellectually; it was recognized that students would probably never use the target language, but the mental exercise of learning would be beneficial anyway.” (tradução para a lingual portuguesa realizada livremente pela autora do presente artigo)

[viii] “Students study grammar deductively; that is, they are given the grammar rules and examples, are told to memorize them, and then are asked to apply the rules to other examples.” (tradução para a lingual portuguesa realizada livremente pela autora do presente artigo)

[ix] “Linguists emphasized that speech, rather than the written word, was the primary form of language.” (tradução para a lingual portuguesa realizada livremente pela autora do presente artigo)

[x] “The term, principles, may be operationally defined as a set of insights derived from theoretical and applied linguistics, cognitive psychology, information sciences, and other allied disciplines that provide theoretical bases for the study of language learning, language planning, and language teaching. The term thus includes not only the theoretical as assumptions governing language learning and teaching but also those governing syllabus design, materials production, and evaluation measures. Similarly, procedures maybe operationally defined as a set of teaching strategies adopted/adapted by the teacher in order to accomplish the stated and unstated, short- and long-term goals of language learning and aching in the classroom.” (tradução para a lingual portuguesa realizada livremente pela autora do presente artigo)

[xi] “We thought we should be able to find that one magical method trough objective analysis. Instead, we found out to our dismay that the formation and implementation of a method have to take into account many variables (such as language policy and planning, learning needs, wants and situations, learner variations, teacher profiles, etc.) most of which cannot be controlled for a systematic study. We also found out that we cannot even compare known methods to see which one works best.” (tradução para a lingual portuguesa realizada livremente pela autora do presente artigo)

[xii] Posicionamento explicitado por Maria Luisa Pérez Cañado durante palestra na disciplina Seminários Avançados III, na Universidade Federal da Bahia.

Recebido em: 28/06/2014

Aprovado em: 29/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: